

**OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS
E OS GÊNEROS TEXTUAIS: UMA REFLEXÃO
POR UMA PEDAGOGIA COMUNICATIVA**

Sinthia Moreira Silva (UENF)

sinthia_moreira@hotmail.com

Rhaísa Sampaio Bretas Barreto (UENF)

rhaisabretas@hotmail.com

Danielle Soares da Silva (UENF)

danielle250394@gmail.com

Silvia Goulart Ferreira (UFRJ)

silviagoulart1984@gmail.com

RESUMO

Os Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa (PCN) para o Ensino Fundamental (1998; 1999) apresentaram uma revolução para a pedagogia gramatical das salas de aula. Para o documento, o objetivo do ensino de língua materna, de forma geral, é desenvolver a competência comunicativa do aluno. Desse modo, sairia de cena a valorização do ensino de regras gramaticais sem nenhuma relação com o contexto do aluno e o protagonismo ficaria a cargo de uma prática pedagógica cujos pontos de partida e chegada é o uso da linguagem. A partir dessas proposições, neste trabalho, objetiva-se apresentar uma reflexão sobre o que é proposto pelos PCN para o ensino de língua materna e analisar a importância da abordagem dos gêneros textuais nos Parâmetros, cotejando o documento e as dimensões teóricas. Assim, é reforçada a defesa de uma pedagogia comunicativa para ajudar o aluno a enfrentar o mundo como cidadão participativo, reflexivo e autônomo, conhecedor de seus direitos e deveres.

Palavras-chave:

Gêneros Textuais. Pedagogia comunicativa
Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa.

ABSTRACT

The National Curriculum Parameters of Portuguese Language (PCN) for Elementary Education (1998; 1999) presented a revolution for the grammatical pedagogy of classrooms. For the document, the objective of mother tongue teaching, in general, is to develop the student's communicative competence. In this way, the valorization of the teaching of grammatical rules without any relation to the student's context would disappear from the scene, and the protagonism would be in charge of a pedagogical practice whose starting and ending points is the use of language. From these propositions, this work aims to present a reflection on what is proposed by the PCN for the teaching of mother tongue and to analyze the importance of approaching textual genres in the Parameters, comparing the document and the theoretical dimensions. Thus, the defense of a communicative pedagogy to help students face the world as a participative, reflective and autonomous citizen, aware of their rights and duties, is reinforced.

Keywords:

**Genres. Communicative Pedagogy.
Portuguese Language National Curriculum Parameters.**

1. Introdução

Ensinar a escrever sempre foi uma das tarefas mais difíceis para o professor de Língua Portuguesa, uma vez que a elaboração de textos e a exposição de ideias tanto através da língua oral quanto escrita quase nunca foi trabalhada da forma adequada. Merrel (*Apud* HORTA, 2015) salienta a ideia que “expressar uma ideia em uma linguagem e em seguida em outra é repensá-la, num processo de compreendê-la como um todo”. Infelizmente no cenário educacional os alunos sempre foram submetidos a exercícios de cópia e mera classificação gramatical, quase nunca participando de atividades que envolvam a aprendizagem da língua de forma significativa. Trabalhar o texto sempre foi sinônimo de “castigo” e a interação com a língua em suas diferentes modalidades quase nunca acontecia.

Foi necessário um documento norteador para começar a promover uma mudança nesse cenário em que a prática tradicional de ensino e aprendizagem da língua predominava. Os Parâmetros Curriculares Nacionais foram elaborados de modo a servir de referencial para o trabalho do docente e servir como instrumento no planejamento das aulas, na reflexão sobre a prática educativa relacionada à pluralidade cultural brasileira (Cf. BRASIL, 2001). É necessário desenvolver a competência comunicativa dos alunos e para isso propõe no documento a utilização dos gêneros textuais.

Segundo os PCN o professor deve oferecer um ensino voltado para a mediação entre o educando e a aprendizagem da língua, implementando atividades com foco na ação e reflexão do aluno. Para isso, o texto deve ser utilizado como ponto de partida de todo o processo de ensino-aprendizagem, valorizando a importância do indivíduo na atuação do seu papel enquanto cidadão e frequentador de diferentes esferas comunicacionais.

As orientações e diretrizes dos PCN vieram para corroborar com o projeto de formação de alunos mais críticos e atuantes e que conseguem utilizar a língua em diferentes situações comunicacionais, entendendo e fazendo-se entender nas mais variadas práticas sociais em que há necessidade de comunicação e interação. Sendo assim, o ensino da língua deve

privilegiar e evidenciar a diversidade de linguagens presentes nos mais diversificados gêneros existentes na atualidade.

Em virtude de tal proposta, faz-se necessário incluir às práticas educativas metodologias que visem a utilização de diferentes gêneros textuais como aliados no processo de ensino-aprendizagem. Geraldi e Possenti (2006) afirmam que o ensino da língua na atualidade deve-se apresentar como uma prática que tenha como foco o ensino da língua como tentativa de trazer para as aulas de Língua Portuguesa meios significativos de aquisição de conhecimento.

É necessário buscar caminhos que promovam mudanças na prática docente e conseqüentemente na aprendizagem. Caminhos que ofereçam o desenvolvimento de uma pedagogia comunicativa que esteja toda direcionada em ajudar o aluno a participar na sociedade de forma significativa, reflexiva e autônoma. Para que isso seja possível o professor deve ter enraizado em sua práxis o ensino da língua por meio da utilização de textos e diferentes gêneros textuais, proporcionando aulas mais significativas e uma aprendizagem e utilização da língua com maior interação e eficiência.

2. *O ensino tradicional X ensino dos gêneros*

Ao se pensar em um ensino tradicional, tem-se em mente que o aluno, hoje, que frequenta uma instituição escolar, infelizmente, ainda vê o conhecimento como algo muito distante da sua realidade, pouco aproveitável ou significativo nas suas necessidades cotidianas. O que requer um estudo aprofundado sobre as teorias de aprendizagem com vista a provocar mudanças de paradigmas educacionais tornando o ensino mais agradável e interessante.

Em se tratando desse modelo tradicionalista, o professor é considerado como a figura central e único detentor do conhecimento, que é repassado aos alunos, normalmente, por meio de aula expositiva. Ao estudante, reduzido a expectador da aula, cabe apenas memorizar e reproduzir os saberes. Com isso, em geral, há a adoção de testes e provas padronizadas e as diferenças individuais não são levadas em conta. O que faz esse ensino ser chamado de “educação bancária” por Paulo Freire, de “paradigma instrucionista” por Pedro Demo, e alguns estudos também se referem a uma educação colonizadora.

Esse ensino foi criado com o intuito de universalizar o conheci-

mento entre a população. Por ter um intuito massificador, sendo assim, ele possui uma estrutura mais rígida e fechada à inovação, sendo alvo de críticas de educadores por causa disso.

Uma escola que adota a linha tradicional parte do princípio que o aluno não seja crítico e criativo, ou seja, não utiliza a bagagem que o educando já traz consigo, para aprimorar seus conhecimentos. Desse modo, o aluno não é considerado um sujeito ativo no processo de aquisição de conhecimento, mas alguém que deve aprender com o professor, este sim, figura central no processo de ensino e aprendizado. E com isso, o professor acaba atuando como um guia que tem a função de transmitir conhecimento.

De maneira geral, se enquadram nesse modelo as escolas que preparam o aluno para o vestibular desde o início do currículo escolar. Com isso, acabam se mostrando relativamente rígidos quanto às modificações e/ou atualizações, ou ainda fragilmente influenciados por valores que diferem do objetivo educacional ideal. E é neste meio que a “gestão do possível” (BESSA; ROCHA, 2015, p. 137) e a “educação bancária” (FREIRE, 2006, p. 61) se mostraram de forma notória para quebrar esse paradigma.

E se tratando desse modelo, que se pode dizer ser mais difícil de entendimento, ou seja, um modelo intrincado de processo de transmissão do conhecimento, assim como, construção do humano, pouco se estudam com relação da percepção daqueles que desfrutam dos serviços que a instituição oferta, com isso, o educando acaba se obstando, de forma geral, às experiências de aprendizagem que possibilitam a autonomia e o protagonismo na construção do saber.

E assim como o mundo foi se transformando, muitas mudanças sociais aconteceram, mudança de paradigma educacional e a busca pelos educadores de uma educação crítica, onde o aluno seja protagonista, o centro do processo ensino, e, com direito de voz; levando em conta o prévio conhecimento e a capacidade de compreensão do ser humano como sujeito epistêmico.

A partir dessas mudanças, discussões em torno das dificuldades de efetivação do processo de ensino–aprendizagem de língua materna, neste caso específico, a língua portuguesa, acabou gerando, principalmente entre os educadores, a necessidade de se buscar alternativas e/ou estratégias que os ajudem a otimizar ou minimizar tais problemáticas.

Sendo assim, as inúmeras perspectivas que visam sistematizar os procedimentos de ensino de língua materna, a inserção dos gêneros textuais como objeto de ensino, tem se mostrado um importante aliado neste processo, uma vez que se acredita que estes colaboram no desenvolvimento da linguagem e ainda, que tais atividades pretendem ampliar tanto a competência leitora, a capacidade de processamento.

Portanto, o termo gênero, que era utilizado apenas como referência para os textos literários, começou a assumir uma dimensão mais abrangente. Neste contexto, Bakhtin (1992, p. 279), que relaciona “todas as esferas da atividade humana (...) à utilização da língua”, trazendo discussões de variedade de estudos referente às teorias da linguagem e necessidades de compreensão em torno dos gêneros textuais por se tornar mais produtivo e eficiente, sendo necessário que o ensino seja realizado através dos gêneros textuais.

Dentre as afirmações do autor, as que ganham recorrente notoriedade nos trabalhos voltados a esta temática, encontra-se a defendida por Marcuschi (2002, p. 22), no qual afirma que “a comunicação verbal só é possível por algum gênero textual”. Sendo um trabalho realizado de forma a proporcionar estudar a língua em seu uso efetivo, ou seja, em sua real funcionalidade valorizando os aspectos reais do universo extraescolar. Trazendo para o educando que não há como mensurar a quantidade de gêneros existentes, uma vez que eles estão nascendo e morrendo com o passar do tempo e se transformando para atender às necessidades da sociedade.

Indo ao encontro desta perspectiva gramatical Marcuschi (2008, p. 149), apresenta sua definição de gêneros textuais, mostrando como “formas de ação social”. Mas, como ele mesmo pondera, a definição formal dos gêneros é algo muito difícil, sendo: “uma categoria cultural, um esquema cognitivo, uma forma de ação social, uma estrutura textual, uma forma de organização social e/ou uma ação retórica”. Para Marcuschi, os gêneros são “fenômenos históricos, profundamente vinculados à vida cultural e social” e se constituem como “formas de ação incontroláveis” que têm a função de “ordenar e estabilizar as atividades do cotidiano”.

Chega-se, deste modo, a proposição de que os gêneros são a forma natural pela qual usamos a língua para nos comunicar, ou seja, não é possível falar nenhuma palavra sem utilizar um gênero textual, assim, não há comunicação sem eles., pelo fato de o indivíduo se comunicar por

meio dos gêneros. Por isso, o trabalho por meio dos gêneros permitindo uma abordagem mais diferente nos aspectos da língua que, enquanto fenômenos históricos e culturais, se adequam e determinam as variadas situações comunicativas que são produzidos em sociedade.

Deste modo, faz-se necessário realizar o estudo por meio de gêneros, a fim de se encontrar direcionamentos específicos a serem trabalhados e estabelecer as possíveis finalidades e importantes ferramentas, apresentando variadas estratégias de leitura e também de produção textual, auxiliar nos estudos do vocabulário e principalmente da gramática, tratando-se aqui, não precisamente de uma substituição, mas sim de uma reformulação que obtenha resultados satisfatórios. Uma vez que a língua é mutável, heterogênea e dinâmica, por isso tanto as políticas educacionais como as políticas linguísticas que regem o ensino de língua no Brasil proclamam um ensino de língua a partir dos Gêneros Textuais.

3. Os gêneros na proposta dos PCN

É sabido que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) foram elaborados com o objetivo de nortear os currículos do ensino fundamental e médio em todo território brasileiro, auxiliando, assim, os docentes em suas práticas e ao mesmo tempo favorecendo o desenvolvimento de conhecimentos tão necessários para a formação de alunos para atuar na sociedade de forma autônoma, crítica e cidadã. O documento abrange a revisão curricular dos estados e municípios contextualizando-a aos diferentes cenários sociais.

O documento traz como eixo central da educação escolar, o exercício da cidadania e apresenta a inclusão de temas que visam resgatar a dignidade do ser humano, a igualdade de direitos, a participação ativa na sociedade e a corresponsabilidade pela vida social. O tema “gêneros textuais” foi adicionado ao documento como forma de indicar ao professor o desenvolvimento de uma prática reflexiva e que privilegie as diferentes situações comunicacionais.

No momento atual, para uma pessoa ler e escrever é necessário que ela já tenha adquirido níveis de leitura e de escrita bem elevados, uma vez que as demandas sociais da nossa sociedade exigem tais níveis. Sendo assim, a escola, instituição responsável em oferecer o conhecimento, deve estar atenta se de fato, esta demanda tem sido suprida nas aulas de língua. De acordo com os PCN (BRASIL, p. 30), “a necessidade

de atender a essa demanda, implica uma revisão substantiva das práticas de ensino que tratam a língua como algo sem vida e os textos como conjunto de regras a serem aprendidas”.

A escola, em especial o professor de Língua Portuguesa, precisa estar comprometida em proporcionar o desenvolvimento do uso da língua de forma eficaz e de forma que atenda às necessidades sociais e pessoais dos seus alunos. É por meio dos textos que temos a possibilidade de refletirmos de forma crítica sobre os mais diferentes assuntos e (re)pensarmos a nossa postura como cidadãos em uma sociedade letrada.

Dessa forma, “cabe à escola viabilizar o acesso do aluno ao universo dos textos que circulam socialmente, ensinar a produzi-los e a interpretá-los” (BRASIL, 2001, p. 30). Todas as disciplinas devem incorporar essa prática, pois todas têm finalidades e conceitos diferentes que podem ser trabalhados e estudados, ou seja, todas têm condições de ensinar a utilizar os textos aos quais fazem uso, mas é a disciplina de Língua Portuguesa que deve ter essa prática enraizada.

Os PCN indicam a linguagem como ação discursiva que contém o texto como unidade de ensino. Sendo assim, as atividades de leitura e produção textual correspondem a atividades discursivas apresentando uma contínua escuta de textos orais e escritos. É por meio da análise e reflexão de todos os aspectos envolvidos que se expande a construção de instrumentos que permitem com que o aluno amplie a sua capacidade discursiva (Cf. BRASIL, 2001). Nessa perspectiva, as atividades de linguagem ao tratarem do texto como um objeto de ensino e ao trabalharem textos de diferentes gêneros, favorecem o desenvolvimento do aluno como leitor e produtor de textos, ou seja, amplia a sua linguagem.

O trabalho com gêneros deve ser incluído no processo ensino-aprendizagem por ser uma orientação de um documento oficial e, portanto, deve nortear a educação de todo o país, contudo sua relevância vai além. O texto organizado dentro de um determinado gênero e em uma determinada situação comunicativa conduz o aluno a ser o autor de sua própria aprendizagem, pois desenvolve condições de produzir um discurso em diferentes práticas sociais as quais está interagindo. Sendo assim, os gêneros textuais por circularem socialmente acabam apresentando a função de efetivar o processo da comunicação e interação entre os indivíduos. Eles enaltecem uma função social, uma vez que viabilizam o convívio em sociedade.

Nesse sentido, é de suma importância delinear o estudo sobre o

gênero, a fim de buscar caminhos específicos a serem trabalhados e de se trabalhar um processo ensino–aprendizagem com foco na interação e na formação do sujeito ativo e participativo nas aulas e, conseqüentemente, consciente do seu papel como cidadão. Para destacar a sua relevância e importância, os PCN elucidam, ainda, a necessidade de a escola tem de garantir a todo o seu alunado o acesso aos saberes linguísticos essenciais ao exercício da cidadania, direito inalienável de todos (Cf. BRASIL, 2001).

Desta forma, a escola deve seguir as orientações dos PCN que desconsideram o ensino da língua por meio de uma prática tradicional e direciona o ensino por meio do uso de uma metodologia que abranja a utilização dos gêneros textuais nas práticas em sala de aula. O uso da linguagem não pode ser e estar isolado, deve-se partir do princípio que “não há linguagem no vazio, seu grande objetivo é a interação, a comunicação com o outro, dentro de um espaço social” (BRASIL, 2001, p. 5) O uso do texto como processo de interação social deve integrar o ensino e favorecer para a construção de uma aprendizagem da linguagem em toda a sua amplitude de produção de sentido.

4. A escolha dos gêneros para o ensino de LP e o papel do docente

O trabalho com gêneros textuais já não é mais uma novidade na realidade no contexto educacional. Os PCN elucidam a necessidade de se ensinar a língua por meio deles, mas saber selecionar o gênero a ser trabalhado em uma determinada aula é uma necessidade que o professor precisa colocar em prática. Segundo Napolini (2009, p. 32) “gênero textual é uma forma de identificar a diversidade de textos materializados – escritos, orais e não verbais – com características sociocomunicativas, presentes na cultura de uma comunidade”.

A quantidade de gêneros textuais existente é gigante e por eles serem dinâmicos e sofrerem variações no decorrer dos anos, acabam se desdobrando em outros já existentes ou por apresentarem novas características acabam surgindo novos. O fato é que o docente ao utilizar diferentes gêneros em sua prática precisa estar ciente que o ensino da língua por meio de textos não deve ser baseado em atividades descontextualizadas. De acordo com os PCN,

[...] a noção de gênero, constitutiva do texto, precisa ser tomada como objeto de ensino. Nessa perspectiva, é necessário contemplar, nas atividades de ensino, a diversidade de textos e gêneros, e não apenas em

função de sua relevância social, mas também pelo fato de que textos pertencentes a diferentes gêneros são organizados de diferentes formas. (BRASIL, 2001, p. 23)

A escolha dos textos a serem trabalhados deve seguir diferentes temáticas e gêneros, pois assim possibilita o desenvolvimento de diversas competências tanto na leitura quanto na escrita. Para aprender a usar a língua de forma contextualizada e reflexiva, os alunos precisam participar de diferentes situações de comunicação, pois assim conseguirão identificar, compreender, analisar e refletir sobre os diferentes usos da língua.

Os PCN orientam a utilização dos gêneros como objeto de ensino da língua, seja na prática de leitura, interpretação ou produção textual, pois por meio deles é possível que o indivíduo consiga efetivar a comunicação verbal ou escrita, ampliando, assim, os usos da linguagem. Sendo assim, o ensino de Língua Portuguesa que tenha como objetivo a participação do indivíduo de forma autônoma na construção de sentido do texto, deve oferecer atividades que partam do seu cotidiano.

Planejar e desenvolver atividades que envolvam gêneros textuais que fazem parte da realidade dos alunos é de extrema importância, pois desta forma eles conseguem compreender que o texto é construído diariamente em todas as situações de comunicação e interação. O trabalho do texto de forma isolada deve ser abandonado, assim como a memorização e a categorização dos gêneros. Deve-se privilegiar e disponibilizar aos alunos textos que nos levem a uma reflexão a respeito do seu uso.

Todas as nossas produções, quer orais, quer escritas, se baseiam em formas-padrão relativamente estáveis de estruturação de um todo a que denominamos gêneros. Longe de serem naturais ou resultado da ação de um indivíduo, essas práticas comunicativas são modeladas/remodeladas em processos interacionais dos quais participam os sujeitos de uma determinada cultura. (KOCH; ELIAS, 2017, p. 55)

Os gêneros apresentam uma enorme heterogeneidade devido a língua ser extremamente heterogênea e estar sempre em constante evolução. Há os gêneros mais comuns ao nosso cotidiano como o diálogo e interações face a face, assim como também há aqueles em que temos contatos em poucas situações comunicacionais, pois fazem parte de uma realidade mais distante das práticas sociais as quais estamos interligados.

Desta forma, para que o professor escolha adequadamente o gê-

nero textual que será estudado ele precisa estar ciente de qual público quer atingir, a qual esfera social ele pertence e qual temática que será abordada. Assim, o ensino por meio do texto adequado promoverá o reconhecimento de diferentes gêneros, a sua compreensão e consequentemente a produção textual, contribuindo para a formação de um aluno seja sujeito e protagonista de sua própria aprendizagem.

5. Conclusão

Conclui-se que muitas mudanças aconteceram no ensino que no modelo tradicionalista, o professor é considerado como a figura central e único detentor do conhecimento, que é repassado aos alunos, normalmente, por meio de aula expositiva, com isso, ao estudante, que acaba sendo reduzido a expectador da aula, cabe apenas memorizar e reproduzir os saberes.

E assim como o mundo foi se transformando, muitas mudanças sociais aconteceram, mudança de paradigma educacional e a busca pelos educadores de uma educação crítica, onde o aluno seja protagonista, o centro do processo ensino, e, com direito de voz; levando em conta o prévio conhecimento e a capacidade de compreensão do ser humano como sujeito epistêmico. Com isso, a criação dos PCN, foi um grande avanço, uma vez que PCN indicam a linguagem como ação discursiva que contém o texto como unidade de ensino. E sim, atividades de leitura e produção textual correspondem a atividades discursivas apresentando uma contínua escuta de textos orais e escritos.

Com isso, é de suma importância delinear o estudo sobre o gênero, a fim de buscar caminhos específicos a serem trabalhados e de se trabalhar um processo ensino–aprendizagem com foco na interação e na formação do sujeito ativo e participativo nas aulas e, consequentemente, consciente do seu papel como cidadão. Uma vez que a língua é mutável, heterogênea e dinâmica, por isso tanto as políticas educacionais como as políticas linguísticas que regem o ensino de língua no Brasil proclamam um ensino de língua a partir dos gêneros textuais. Logo, é reforçada a defesa de uma pedagogia comunicativa para ajudar o aluno a enfrentar o mundo como cidadão participativo, reflexivo e autônomo, conhecedor de seus direitos e deveres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Trad. de Maria Erman-tina Galvão G. Pereira. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BESSA, V. H.; ROCHA, M. L. Gestão do trabalho e os desafios da saúde na educação. In: BOCK, A.M.B. (Org.). *Psicologia e compromisso social*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros curriculares nacionais: língua portuguesa*. 3. ed. Brasília: MEC/SEF, 2001.

FREIRE, P. Educação “bancária” e educação libertadora. In: PATTO, M. H.S. *et al. Introdução à psicologia escolar*. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

GERALDI, João Wanderley (Org.). *O texto na sala de aula*. 4. ed. São Paulo: Ática, 2006.

KOCH, Ingedore Villaça; ELIAS, Vanda Maria. *Ler e escrever: estratégias de produção textual*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola, 2008.

_____. *Produção textual. Gêneros textuais: definição e funcionalidade*. In: DIONÍSIO, A.P.; MACHADO, A.R.; BEZERRA, M.A. *Gêneros textuais e ensino*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

ZERRA, M. A. (Org.). *Gêneros textuais e ensino*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.

NASPOLINI, Ana Tereza. *Tijolo por tijolo: prática de ensino de Língua Portuguesa*. São Paulo: FTD, 2009.

POSSENTI, Sírio. Gramática e política. In: GERALDI, J.W. (Org.). *O texto na sala de aula*. 4.ed. São Paulo: Ática, 2006.